

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Graduação em Ciências Socioambientais**

**Sillas Ferreira Lopes**

**PERFIL SOCIOAMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS APÓS  
1988 NA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MG:  
o rural e o urbano**

Belo Horizonte

2018

Sillas Ferreira Lopes

**O PERFIL SOCIOAMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS APÓS 1988 NA  
MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MG:  
o rural e o urbano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marly Nogueira

Belo Horizonte

2018

Sillas Ferreira Lopes

**PERFIL SOCIOAMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS APÓS 1988 NA  
MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MG:  
o rural e o urbano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Socioambientais.

---

Profª. Drª. Marly Nogueira (Orientadora) - UFMG

---

Profº. Drº. José Antônio Souza de Deus (Banca Examinadora) - IGC/UFMG

Belo Horizonte

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Meu eterno agradecimento a todos os meus amigos, que deram uma contribuição valiosa para a minha jornada acadêmica, em especial a Iaramar Sampaio, Silvia Resende de Sá e Ana Rafael. Obrigada pelos conselhos, o apoio, puxões de orelha e risadas. Só tenho a agradecer e dizer que esse TCC também é de vocês.

Obrigado a Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade a mim concedida em fazer o curso de Ciências Socioambientais. Agradeço por me oferecer professores incríveis, um ambiente de estudo saudável e muitos estímulos para participar de atividades acadêmicas. Obrigada pelo ambiente criativo e amigável nesses quatro anos de formação. Sou grato principalmente à Professora Marly Nogueira, que foi minha orientadora e contribuiu muito com a realização dessa pesquisa e ao professor Zé de Deus, pela paciência e compreensão.

## RESUMO

Este trabalho apresenta algumas discussões sobre campo/cidade, rural/urbano e debate algumas dimensões sobre essa temática, especialmente no caso da mesorregião do Vale do Jequitinhonha mineiro. Pretende-se compreender as relações e conceitos dos espaços rurais e urbanos a partir das características e indicadores socioambientais (demográficos, culturais, econômicos, ambientais, históricos, etc.). Para tal, foi selecionada uma amostra composta por onze municípios da mesorregião, cujo critério de seleção estabeleceu-se por meio da emancipação político-administrativa daqueles após o ano de 1988, quando se deu a promulgação da Constituição Federal, em vigor. Consequentemente, foi visto que as relações socioambientais no Vale do Jequitinhonha são naturalmente complexas. No que diz respeito aos onze municípios, pode-se inferir que foram concebidos na ocasião de sua emancipação político-administrativa, já contando com poucos recursos financeiros, fato que é agravado pelas questões ambientais, pelo histórico de exploração predatória dos recursos naturais e pela ingerência dos entes federativos.

**Palavras-chaves:** Rural. Urbano. Vale do Jequitinhonha. Indicadores. Socioambiental.

## ABSTRACT

This paper presents some discussions about rural / urban / rural / urban and discusses some dimensions on this theme, especially in the case of the mesoregion of the Jequitinhonha Valley of Minas Gerais. The aim is to understand the relationships and concepts of rural and urban spaces based on socio-environmental characteristics and indicators (demographic, cultural, economic, environmental, historical, etc.). For this purpose, a sample composed of eleven municipalities of the mesoregion was selected, whose selection criterion was established through the political-administrative emancipation of those after 1988, when the Federal Constitution was enacted. Consequently, it was seen that the socioenvironmental relations in the Jequitinhonha Valley are naturally complex. With regard to the eleven municipalities, it can be inferred that they were conceived at the time of their political-administrative emancipation, already counting on scarce financial resources, a fact that is aggravated by environmental issues, by the history of predatory exploitation of natural resources and by interference of federal entities

**Keywords:** Rural. Urban. Jequitinhonha Valley. Indicators. Socioenvironmental.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	<b>Modelo Rizomático.....</b>	<b>24</b>
<b>FIGURA 2</b>	<b>Municípios integrantes do Vale do Jequitinhonha.....</b>	<b>42</b>
<b>FIGURA 3</b>	<b>Municípios integrantes do Vale do Jequitinhonha emancipados após 1988.....</b>	<b>43</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	<b>Municípios Emancipados após 1988 na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG.....</b>	<b>45</b>
<b>TABELA 2</b>	<b>População rural e urbana dos municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG.....</b>	<b>46</b>
<b>TABELA 3</b>	<b>% da população em domicílios com água encanada nos municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG.....</b>	<b>47</b>
<b>TABELA 4</b>	<b>% de vulneráveis à pobreza municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG.....</b>	<b>50</b>



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS.....	11
3	O RURAL, O URBANO E O MODELO RIZOMÁTICO: UMA PROPOSIÇÃO.....	21
4	A MESORREGIÃO DO VALE JEQUITINHONHA / MG.....	26
4.1	Dimensão Sociocultural.....	30
4.2	Dimensão Ecológica.....	31
4.3	Dimensão de Produção e Comercialização.....	34
4.4	Artesanato.....	39
5	AMOSTRA DE PESQUISA.....	42
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende levantar múltiplos aspectos acerca dos espaços rurais e urbanos de municípios da mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG. Para tal, foi selecionado uma amostra composta por onze municípios, cujo critério de seleção estabeleceu-se por meio da emancipação político-administrativa daqueles após o ano de 1988, quando se deu a promulgação da Constituição Federal, em vigor.

O rural e o urbano, enquanto partes de um todo profundamente conectado e coeso, não raras vezes é tratado na bibliografia sobre o assunto como espacialidades distintas. As discussões neste trabalho objetivam reunir os principais conceitos sobre campo/cidade, rural/urbano e debatendo algumas dimensões sobre essa temática, especialmente no caso da mesorregião do Vale do Jequitinhonha mineiro.

Em análise, este trabalho pretende compreender as relações e conceitos dos espaços rurais e urbanos a partir das características socioambientais (demográficas, culturais, econômicas, ambientais, históricas, etc.) dos onze municípios da área supracitada no intervalo de tempo entre os anos de 2000 e 2010, culminando, dessa forma, no que se chamou de perfil socioambiental.

A escolha do escopo, se deu pela proximidade que o autor possui com a área de estudo, sendo ele natural do município de Felisburgo no Baixo Jequitinhonha/MG. A temática também serve como motivo de inquietação para o autor, incomodando-o desde os primeiros períodos de seu percurso acadêmico, o que o levou a abordar o tema. É um importante trabalho, que visa contribuir para estudos de entendimento dos espaços rurais e urbanos, as relações das respectivas populações com o meio ambiente envolvente, a construção dos espaços vividos e, de forma geral, para as ciências socioambientais.

Em sua totalidade, o trabalho está dividido, em um primeiro momento, na discussão teórica, que buscou resgatar conceitos e relacioná-los entre si, desde abordagens mais pretéritas até publicações mais recentes. A partir da profusão de argumentos teóricos, fez-se a tentativa de formular do modelo rizomático que servisse de amálgama para todas essas abordagens, numa linha sistêmica de conjuntura.

Em seguida, foi feita uma contextualização concernente ao escopo, levantado-se suas dimensões sociocultural, ecológica, de relação de produção e comercialização e sobre o artesanato.

Por fim, é analisado a amostragem propriamente dita, onde é explicitado através de tabelas a realidade empírica dos municípios, por meio de variáveis como população rural e urbana (2000-2010), a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), taxa geométrica de crescimento, disponibilidade de água encanada, vulnerabilidade à pobreza. Esses indicadores revelam-se eficientes meios de mensurar a realidade socioeconômica dos onze municípios, mostrando a evolução dos aspectos a que se destinam.

É possível realizar, dessa forma, uma leitura de parte da estrutura dos municípios em análise, caracterizando o comportamento socioambiental de suas populações, balizado-se pelas relações entre os meios rural e urbano, sendo essa a principal premissa desta pesquisa. Pretende-se, também demonstrar, como os aspectos da ruralidade são marcantes, mesmo nas espacialidades urbanas desses municípios, revelando o quão análogos são essas localidades, que, embora, possuam um inexplorado potencial de autonomia por meio, justificadamente, do expediente rural, não prosperam pela ineficiência das políticas públicas específicas a esse meio, além da falta de autonomia econômica devida à problemas socioambientais. Circunstâncias que serviram para piorar as problemáticas já existentes de infraestrutura, entre outros, servindo a dar combustível para o processo em curso. Tais políticas de fomento que se aplicavam ao Vale desde 1970 visando o desenvolvimento rural, tanto as gerais quanto setoriais sempre foram elitistas, posto que, segundo Ribeiro *et al* (2004), os requisitos mínimos exigidos para se beneficiar delas não estavam acessíveis à grande maioria da população.

## 2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS

A discussão enfocando temas como o novo rural, nova ruralidade e inovação do rural, tem sido recorrente. No Brasil a abordagem tradicional de campo e cidade, de rural e de urbano, trata estas espacialidades como distintas, com reduzidos pontos de ligação, enfoque que está mais ligado à forma que ao processo. As teses calcadas no pressuposto do fim do rural firmadas face à modernização da agricultura, a industrialização do campo, a revolução verde e a emergência do agronegócio etc., caíram por terra. O debate acadêmico envolvendo diferentes áreas do conhecimento tem apontado novas pistas, embora se prolongue interminavelmente. A discussão persiste não só no Brasil, mas também no mundo. Por exemplo, a dinâmica demográfica atual comprova uma intensa transferência da população do campo para a cidade sem provocar, no entanto, o esvaziamento demográfico do meio rural.

É evidente que não se pode entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida, mas em ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente adotada e empregada separadamente como categorias de análise. A separação campo-cidade representa, segundo Marx (1989), a relação entre a divisão do trabalho material e intelectual. A cidade é considerada o lugar do trabalho intelectual. Sua existência implica de uma só vez a necessidade da administração, da política, de impostos, etc. De forma resumida, necessita da organização comunal, partindo da política em geral. Assim, Marx (1989) explicita o conteúdo da divisão do trabalho e, mais claramente, a relação de poder que torna a cidade dominante sobre o campo. Na cidade é onde se dirige, se administra e se regulamenta. É desse lugar que emana o controle financeiro e ideológico, de onde se decide tanto a orientação material da sociedade como sua orientação moral, religiosa e sua forma de consciência (SANTOS, 1993).

Para corroborar com essa discussão, cita-se Sposito:

Desse ponto de vista, é admissível a definição de que a população urbana corresponda, em termos de levantamento censitário, aquela que vive em áreas definidas no plano político-administrativo como urbanas. Parece-nos eficaz e ingênuo supor que seria possível, a cada censo demográfico, estabelecer e multiplicar parâmetros capazes de apreender o que é urbano e apropriados para se aplicarem a um país marcado por elevado grau de diversidade regional,

por grandes disparidades regionais e por ritmos de mudanças e modernização igualmente diversos (SPOSITO, 2006, p. 114).

No caso brasileiro essa oposição não é tão clara, já que historicamente grandes capitais e grupos dominantes se constituíram no campo e, durante muito tempo, exerceram o domínio econômico e político no país.

Pode-se afirmar que essa divisão do trabalho entre campo e cidade não é verdadeira, sequer para o período pré-industrial, no qual a população era predominantemente rural e desenvolvia localmente todas as atividades de manufatura e de serviços necessários à sua reprodução. Também não é verdadeira numa situação em que há modernização da atividade agrícola, porque o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícola, tornando quase obrigatória uma diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais (ALENTEZANO, 2000). É evidente que esse último argumento tem que ser relativizado, por se aplicar a determinadas regiões dos países desenvolvidos e a algumas poucas áreas da realidade brasileira. Campo e cidade são construções sociais. São subespaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva, a do modo de produção capitalista, como enfatiza Lefébvre (1999). Se campo e cidade são formas espaciais produzidas por relações sociais, rural e urbana constituem as relações que configuram o modo de vida específico para cada espaço, ou seja, são os conteúdos que dão vida a essas formas. Portanto, rural e urbano ultrapassam os limites espaciais tradicionais.

As contradições explicitam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade, o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano. A condição de ambos os espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas, não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneizam, pois especificidades são mantidas. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada subespaço.

As formas de representações sociais de integração, campo e cidade, rural e urbano, provém, em parte, das modificações na infraestrutura urbana, facilitando e diminuindo distâncias, no modo de produção e consumo de mercadorias, de atitudes e comportamentos da população rural e urbana intensificados com a globalização

econômica e da informação, e pelas manifestações da expansão do tecido urbano. Como demonstrado por Lefébvre:

*O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa apenas áreas devolutas à “natureza” (LEFÉBVRE, 1999, p. 17).

Os espaços rurais e urbanos não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades intrinsecamente interconectadas. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração e interdependência. E na;

[...] compreensão do processo de “criação de novas identidades territoriais”, que não podem ser interpretadas apenas como a manifestação de um “novo rural”, mas sim como novas territorialidades dotadas de um hibridismo que mescla o urbano e o rural e que permite a identificação de novas geografias (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 224-225).

As relações rural-urbano tornam-se indissociáveis na construção e no desenvolvimento de processos socioambientais e tecnológicos e na configuração de realidades mistas - urbanidades no rural e ruralidades no urbano. Como na confecção de um mosaico de ladrilhos em uma base urbana com paralelepípedos rurais, ora uma base rural com paralelepípedos urbanos, numa única avenida.

Além dessa dialética entre rural-urbano e campo-cidade, se faz necessário considerar que os avanços da ciência, da técnica e da informação se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica socioespacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano.

Na perspectiva de Santos (2000), o aprofundamento das técnicas e a sua difusão de forma diferenciada nos espaços revelam cada vez mais a capacidade do homem em se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade em relação às condições naturais. Deste modo, como enfatiza o autor:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que

podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2000, p. 88).

Para esse autor, o constante processo de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima o campo da cidade, pois nas “condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 1996, p. 106).

No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura - considerada pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico -, favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc., resultando numa maior heterogeneidade socioespacial. Daí a crescente dificuldade em se definir na atualidade as fronteiras normativas e analíticas entre esses espaços.

De uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, o Brasil teve seu perfil demográfico invertido e, na atualidade, ela é, segundo os critérios normativos utilizados pelo IBGE, predominantemente urbana. Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas que, como destaca Silva,

[...] anteriormente, era um fenômeno restrito às grandes cidades. Hoje, processo análogo acontece em cidades médias e até pequenas tornando a periferização uma configuração urbana expandida, presente, praticamente, em todo o território urbano nacional. Sua presença denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. (...) Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo campo e cidade<sup>1</sup> (SILVA, 2011, p. 4)

---

<sup>1</sup> Muitas dessas periferias têm se expandido, mesmo que de forma irregular, em áreas que oficialmente ainda são definidas como rurais (CAIADO; SANTOS, 2003).

Como consequência desses processos de expansão urbana, do maior desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações e da maior incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em parte do setor agropecuário nacional, o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem.

As relações entre cidade e campo podem ser interpretadas a partir do território. A importância que o conceito de território assume no período atual demonstra a necessidade que os cientistas sociais têm para tentar abranger as relações de poder, a multidimensionalidade e as diferentes escalas que os eventos assumem. Por isso, o conceito de território, numa perspectiva normativa, tem sido incorporado na elaboração de políticas públicas em vários países. No Brasil, entre as políticas do governo federal que têm como abordagem e estratégia de ação os territórios, se destacam o Programa Territórios da Cidadania e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As articulações entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, mas mesmo assim o campo e a cidade continuam apresentando particularidades que são específicas, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes das zonas rurais e urbanas.

Diante de tais mudanças, as relações de rural-urbano e campo-cidade precisam ser reformuladas. Atualmente não se pode identificar o campo apenas como o local de realização da atividade agropecuária, embora ela possa ser a mais importante na maioria das regiões interioranas do país, mas, não é a única - se é que algum dia já foi - , pois outras atividades (como o processamento artesanal), funções (de moradia, lazer e turismo, ambiental etc.) e sujeitos (como os assentados neorurais) têm sido incorporados ao meio rural. Dessa forma, ampliam-se as coexistências, as contradições e os conflitos entre diferentes temporalidades e espacialidades presentes no rural e urbano (BASALDI, 2001).

Termos como dualidade, dicotomia e/ou antagonismo rural-urbano já não mais se fundamentam no mundo misturado de múltiplas identidades em que vivemos e que se requalifica a cada momento e, para tal, é necessário à busca de novas hipóteses,



conceitos ou termos, manifestadas em reflexões que correspondam aos paradigmas atuais em geral das Ciências Sociais e, em particular da Geografia.

Os críticos ao modelo dicotômico apontavam que era possível encontrar áreas em uma cidade similares a áreas rurais e áreas na zona rural com características consideradas urbanas. Outra crítica recorrente era que a existência de dois pólos estanques desconsiderava uma série de ocupações e assentamentos humanos que não se enquadravam em nenhuma das duas categorias. O uso do conceito *continuum rural-urbano* remonta a meados da década de 1930 e se intensificou na década de 1960, como uma reação contra as dicotomias polarizadas (ROSA; FERREIRA, 2010; PAHL, 1966). De acordo com o Dicionário Oxford de geografia humana, o *continuum rural-urbano* é:

Um conceito que postula que não há uma divisão aguda entre a vida urbana e rural, mas que os assentamentos existem ao longo de um contínuo de muito rural para altamente urbano. O urbano não para simplesmente e começa o rural, mas eles vazam através um do outro. Além disso, é possível encontrar espaços em uma cidade que parecem rurais, e lugares em áreas rurais que são bastante urbanos. Como tal é problemático falar de lugares como simplesmente rurais ou urbanos, em vez disso é preciso considerar como eles se entrelaçam e se sobrepõem (CASTREE; KITCHIN; ROGERS, 2013, p. 444, tradução livre)<sup>2</sup>

A perspectiva do *continuum rural-urbano* também apresenta problemas. Rosa e Ferreira (2010) destacam que o conceito tende a variar com a área do conhecimento assim como as categorias cidade, campo, rural e urbano.

Apesar disso, as autoras ressaltam que a ideia de um *continuum* deve ser considerada, mesmo que de maneira a repensar esse conceito e sem descartar as formas de produção e consumo, as relações sociais e a configuração espacial dos grupos.

Pahl (1966) apontava para os perigos da aceitação excessiva de uma falsa continuidade e destacava que apesar das continuidades, era preciso considerar a existência de descontinuidades acentuadas, como o confronto entre o local e o

---

<sup>2</sup> A concept that there is no sharp division between urban and rurallife, but, that settlements exist along a continuum from very rual through to highly urban. The urban does not simply stop and the rural start, but they blud through into each other. Moreover, it is possible to find spaces in a city that are rural-like, and places in rural areas that are quite urban. As such, it is problematic to talk of places as simply rural or urban, rather one needs to consider how they entwine and overlap.

nacional. Sposito (2010) aponta que uma das dimensões dessas discontinuidades é a territorial que se manifesta, por exemplo, na tendência à extensão territorial do processo de urbanização durante o Século XX. Essa característica culminou na alteração das morfologias urbanas e tornou menos nítida a distinção, na dimensão espacial, entre cidade e campo, pois aumentou a zona de transição entre os espaços urbanos e os espaços rurais. Essas duas matrizes teóricas tem grande importância no desenvolvimento do debate sobre o rural e o urbano, mas o desafio consiste em como identificar e classificar o rural e o urbano. No sentido prático, a definição de limites entre os espaços rurais e urbanos, seja para fins administrativo-burocráticos seja para fins estatísticos tem sido feita baseada na seleção de um ou mais elementos.

As técnicas e critérios existentes para operacionalizar e classificar foram sistematizadas por Endlich (2010). São elas a delimitação político-administrativa; o corte populacional; a densidade demográfica; a ocupação econômica da população. Além deles, destacam-se também a morfologia e o modo de vida (ANGULO; DOMÍNGUEZ apud BERNARDELLI, 2010).

No caso do Brasil, apesar da sua importância para os municípios, o critério político-administrativo, em parte das vezes não corresponde à realidade territorial daquela unidade federativa. Por outro lado, pode dar indicativos da dinâmica de ocupação ou imobiliária dos municípios.

Ainda assim, o esforço das diversas unidades políticas e as diversas iniciativas para a delimitação do rural e do urbano mostram que essa informação é relevante para o planejamento e gestão dos territórios. As dificuldades para a classificação extrapolam o caráter parcial dos métodos utilizados e se articulam também com as rápidas transformações sociais sucedidas nas últimas décadas.

A publicação Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil - uma primeira aproximação, lançada em 2017 pelo IBGE, propõe a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional. O objetivo do estudo é aprimorar a divulgação do Censo Demográfico de 2020 e oferecer à sociedade avanços na diferenciação de áreas rurais e urbanas que possam servir de base para a otimização de políticas públicas e do planejamento privado. De acordo com a nova

proposta, 76% da população brasileira era “urbana” em 2010, enquanto a classificação usada atualmente, via legislação municipal, indica 84,4%.

O estudo apresenta uma classificação dos espaços rurais e urbanos por município e define critérios comuns para todo o país. São três critérios básicos para a elaboração dessa classificação: a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Após a análise dos critérios, os municípios foram caracterizados como “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”. A metodologia aplicada está alinhada a de organizações internacionais como a União Europeia, e a de países como os Estados Unidos, o que permite a comparabilidade dos resultados brasileiros.

Por meio da análise de abordagens consagradas nos âmbitos internacional e acadêmico, a publicação propõe a discussão de nova delimitação rural-urbana adequada às iniciativas da Nova Agenda Urbana, adotada pelos 167 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IBGE, 2017).

Em suma, de acordo com essa nova tipologia, têm-se:

**a) No Brasil, 76% da população vivia em municípios “urbanos” e 60% dos municípios eram “rurais”**

A tipologia proposta demonstra que 76% da população brasileira se encontra em municípios “predominantemente urbanos”, o que corresponde a 26% do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros foi classificada como “predominantemente rural” (60,4%), sendo 54,6% “rurais adjacentes” e 5,8% “rurais remotos”.

**b) No Norte, 10,5% da população residia em municípios “rurais remotos” e 65% do número de municípios eram “rurais”**

Na região Norte, parcela significativa da população (10,5%) vivia em municípios classificados como “rurais remotos”, correspondendo a 26,9% dos municípios. Considerando também a quantidade de municípios “rurais adjacentes” (38,1%), a região Norte destacava-se pelo elevado percentual de municípios “rurais” (65,0%), apesar de que 66,3% de sua população vivia em municípios “urbanos”.

**c) No Nordeste, 1/3 da população residia em municípios “rurais”, representando 68,9% do total de municípios**

Na região Nordeste, cerca de 1/3 da população (29,5%) vivia em 1.236 municípios “rurais” (68,9%), fazendo com que o Nordeste tivesse o percentual mais baixo de população vivendo em municípios “urbanos” (59,3%).

**d) No Sudeste, 87% da população residia em municípios “urbanos”**

O Sudeste revelou os maiores números absolutos (625) e relativos (37,5%) de municípios “urbanos”, que abrigavam 87% da população regional.

**e) No Sul, apenas 0,05% da população residia em municípios “remotos”**

A região Sul tinha, em relação ao isolamento, os menores valores relativos para os municípios classificados como “intermediários remotos” (0,02%) e “rurais remotos” (0,03%) entre as cinco Grandes Regiões, o que mostra a grande proximidade física entre suas sedes municipais.

**f) No Centro-Oeste, 79,8% da população reside em municípios “urbanos”**

O Centro-Oeste destaca-se como região de grandes contrastes. Ela possui o segundo maior percentual de população em municípios “urbanos” (79,8%) e em municípios “intermediários remotos” (2,3%) e “rurais remotos” (4%).

Em outras palavras, 76% da população brasileira se encontram em áreas predominantemente urbanas, que correspondem somente a 26% do total de municípios. Por outro lado, a maior parte dos municípios (60,4%) foram classificados como predominantemente rurais, reunindo, no entanto, apenas 17% da população (IBGE, 2017).

Em suma, dada essa miríade de conceitos que tendem a convergir em direções variadas, no tópico seguinte será desenvolvida uma breve discussão, onde será apresentado o modelo rizomático de Deleuze e Guattari (1995), a fim de trazer para o âmbito de discussões deste trabalho as contribuições dos autores referidos.

Embora, durante a pesquisa do referencial teórico não foi verificado a existência de trabalhos acadêmicos que façam conexões entre o modelo rizomático e a proposta de pesquisa aqui pretendida, o próximo tópico tem como objetivo mostrar a proximidade entre o referido modelo e a discussão relacionada ao rural e o urbano, fazendo os possíveis argumentos, inclusive com outros autores.

### 3 O RURAL, O URBANO E O MODELO RIZOMÁTICO: UMA PROPOSIÇÃO

Tradicionalmente, a visão que se lança sobre os territórios na modernidade sugere que estes tenham se desenvolvido – e estejam ainda a se desenvolver – linear e continuamente. Ao discorrer sobre as novas territorialidades, HAESBAERT (1994) insere na discussão a leitura dos territórios na sociedade capitalista como a feita por Deleuze e Guattari (1995), leitura que se estende por várias de suas produções conjuntas.

Esta interpretação linear dos territórios *pós-capital* é questionada de maneira radical por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1995), que, ao proporem uma interpretação *rizomática* da realidade, permitem que se pensem as questões que a territorialidade contemporânea nos impõem para além de choques e antagonismos sequenciais: a lógica binária e dicotômica como ferramenta do significado da experimentação do real dá lugar à possibilidade de se incorporar a diversidade e o múltiplo em um modelo onde estes se perpassam e se conectam em igualdade, sem, desta forma, se anular.

Na sociedade pós Revolução Industrial, que tem sua principal representação material nos grandes centros urbanos, a proposta de Deleuze e Guattari ganha importância ao (1) ampliar as possibilidades do território e (2) relacionar as múltiplas funções socioespaciais urbanas em um modelo que comporta a ideia de um território que está constantemente aberto ao novo.

Sobre a questão dos territórios contemporâneos, Paul Virilio (1999) chega mesmo a afirmar o fim da Geografia e, dentro desta afirmação, três fatores devem ser considerados:

- a) A universalidade do capital: a sociedade capitalista sempre favoreceu uma realidade cosmopolita solvente das fronteiras geográficas. Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos, chegou mesmo a afirmar que já não existiam mais, na década de 1990, diferenças entre política interna e política externa;
- b) A complexidade e o requinte a que chegou o desenvolvimento tecnológico da sociedade capitalista esvaziou a distância geográfica de sua dimensão de

- importância. O espaço não é mais fator de limitação temporal para as ações sociais, principalmente quando estas ações têm a ver com a dimensão temporal da comunicação, que foi encolhida até a esfera do instantâneo; e
- c) Sendo o território a interação entre as relações sociais e o espaço, este caráter de instantaneidade da comunicação coloca a informação inter-comunidade e a informação extra-comunidade em mesmo nível de importância. Este fato, isoladamente, já tornaria as fronteiras entre as comunidades consideravelmente mais frágeis; no entanto, ele implica, também, na pluralidade e autonomia das informações. A coesão das informações inter-comunitárias, que exerciam o papel de reforçar a estrutura social, cede lugar a um fluxo semiótico que se caracteriza pela contradição.

Com Deleuze e Guattari (1995) é possível questionar estes discursos recorrentes de uma desterritorialização definitiva do espaço, pois para os autores, o *ponto-de-fuga*, a desterritorialização, é intrínseco ao conceito de território e concomitante ao processo de territorialização. Construir e destruir territórios de forma cíclica é uma atividade naturalmente humana e daqui se pode atribuir uma primeira característica ao território *rizomático*: a de que ele é *movimento*. É nesta matriz do pós-estruturalismo que DOEL (2010) vai afirmar que o território existe enquanto processo permanente de *se tornar*; ele não se fixa e não se estratifica, mas é fluido e se interrompe quando da coagulação deste fluxo.

Esta proposta de território enquanto processo fornece novas ferramentas para que se pensem e se conheçam as atuais práticas sociais e políticas; no entanto, ela exige que se resignifiquem os conceitos de território e de territorialidade.

Deleuze e Guattari (1995), coerentes com seu *modelo rizomático*, abordam a questão dos conceitos ligados ao território por diversos ângulos, sendo que principiam este resignificar tratando da visão naturalista que discute a territorialidade animal. Usam de tal expediente para negar que esta especificidade do território biológico caiba ao homem e esta é a segunda característica do território *rizomático*: o território do homem, ao não se constituir em um *mundo biológico*, não pode ser espacialmente localizado e delimitado, só pode ser estabelecido e localizado nos padrões de interação

internos ao grupo e entre os grupos em si. Este postulado pode ser definido como uma mudança *escalar* do conceito de território, uma vez que passa a relacionar o território geográfico que, como já exposto, é uma interação entre a sociedade e o espaço, não mais com o território etológico isolado, mas com o território subjetivo daqueles que constroem as teias, redes e sistemas sociais.

Ao definir o território desta forma tal que extrapola radicalmente o espaço geográfico, Deleuze e Guattari (1995) permitem que, virtualmente, qualquer objeto possa ser territorializado e, conseqüentemente, que qualquer território possa ser desterritorializado.

A construção do território para Deleuze e Guattari (1995), portanto, é uma produção do desejo, se território individual, e do agenciamento coletivo em um sistema, se território social, e é isto que dá a ele a natureza de poder se abrir e criar linhas de fuga, vetores para a sua desconstrução. Este movimento de criar territórios, de abandoná-los e os recriar é, para os autores, o movimento no qual está mergulhada a história humana, que Braudel (1961) vai chamar de geo-história, e cria um sistema dual e horizontal, portanto de complementariedade e não de hierarquização, onde a desterritorialização guarda a possibilidade de ser reterritorializada por um movimento iniciado em uma desterritorialização anterior.

Para a Geografia, o maior interesse do *modelo rizomático* está no que os autores chamam de *desterritorialização relativa*, que diz respeito aos territórios sociais.

Em *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari (1996) discutem esse *moto perpétuo* nas sociedades pré e pós-capitalismo e nas suas relações diversas com a terra: uma de caráter territorial, onde as primeiras formas de sociedade se inscrevem na própria terra, que é objeto de trabalho e campo social, e a segunda que vê na terra um corpo apenas mediador de suas relações.

Assim, a nossa atual sociedade seria, por natureza, uma sociedade desterritorializante e desterritorializada, já que o Estado continuamente desconstrói o território social e o reterritorializa na divisão da terra (a propriedade privada) em unidades que não se ligam mais a um território comum através de relações de domínio como acontecia nas sociedades tradicionais. Isto coloca uma série de questões para a



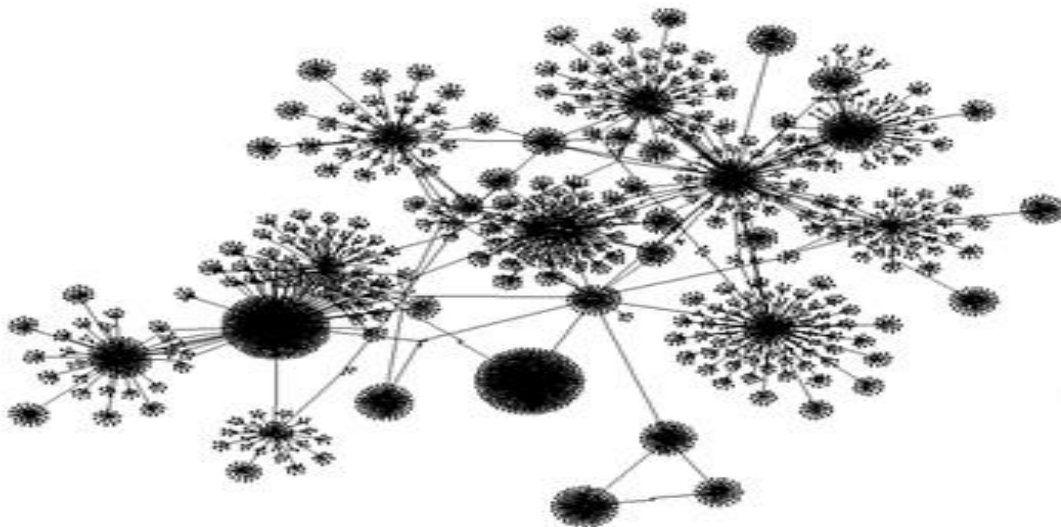
Geografia e para as Ciências Políticas, que trabalham com a ideia de Estado articulado através do território (HAESBAERT; BRUCE. 2002).

Segundo Deleuze e Guattari (1996), portanto, a sociedade moderna se encontra em um movimento constante de construir e desconstruir, de se apropriar de e se abandonar territórios. Esta discussão pede que a Geografia vá além das questões tradicionais de delimitações e hierarquias territoriais de forma que possa dar conta das novas questões impostas pela modernidade quanto aos seus territórios de mobilidade e quanto às suas redes territoriais.

Assim, pode-se refutar a afirmação de Virilio (1999) sobre o fim da Geografia, dos territórios e das fronteiras, como também pode-se questionar a extrema fluidez dos territórios de Bauman (2001), já que é possível reconhecer nesses territórios fugidios, múltiplos processos de construção de novos territórios e de novas formas de territorialidades. Apenas se faz necessária a disposição para se romper com os paradigmas tradicionais, dando lugar nos diálogos da Geografia a essas características revolucionárias de espacialidade e de temporalidade que esses novos territórios trazem.

O modelo rizomático, conforme demonstrado na imagem 1, pode ser facilmente visualizado como uma malha onde o rural e o urbano se conectam, revezando-se sobre um mesmo substrato inusitado de conexões intercambiáveis.

**FIGURA 1 - Modelo Rizomático**



Fonte: Google Imagens, 2018.

Não se trata de supor que o modelo proposto estabeleça somente conexões, em detrimento das descontinuidades entre o rural e o urbano já abordadas anteriormente. Segundo o princípio da multiplicidade de Deleuze e Guattari (1995): “há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de remeter a outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.18). As rupturas do rizoma remetem às multiplicidades, constituem-se da própria multiplicidade. O rizoma cresce em função desta ruptura, levando-se em conta o movimento de diferenciação de natureza das multiplicidades. Estas crescem pelo movimento de adição, contrariando a binaridade que impõe um antagonismo: ou rural ou urbano. No rizoma é isso e aquilo, e mais aquilo e, assim, segue.

O rizoma rompido, pode ser territorializado, organizado, estratificado, mas dele são próprias as linhas de fuga, que fazem escapar e desviar por diferentes lados e em diferentes direções, surgindo novos *bulbos* rurais e urbanos. O rizoma não se presta à hierarquização. O movimento de fuga o retira do compasso um-dois, para rompê-lo e dilatá-lo em múltiplos caminhos: “seguir sempre o rizoma por ruptura, alongar, prolongar, revezar a linha de fuga, fazê-la variar, até produzir a linha mais abstrata e a mais tortuosa, com  $n$  dimensões, com direções rompidas. Conjugam os fluxos desterritorializados” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.20).

A concepção de rizoma, não pretende verter-se em um modelo padrão respaldado da mais genuína verdade científica. É, antes, apenas setas para que algo possa movimentar-se no pensamento geográfico. Desta forma, o que proponho aqui é apresentar conceitos, que podem ser deslocados para o território geográfico e as ciências socioambientais, demonstrando a dinâmica entre o rural e o urbano.

#### 4 A MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA / MG

A história da ocupação do Vale do Jequitinhonha remonta ao século XVII, quando foram encontrados diamante e ouro nos rios Jequitinhonha e Araçuaí, onde surgiram os povoados que deram origem aos centros urbanos de Diamantina, Serro e Minas Novas.

A colonização das demais áreas do Vale esteve relacionada com a procura por terras agricultáveis e por novas fontes de exploração de metais preciosos, tendo sido marcada pelos conflitos com populações indígenas. O esgotamento das jazidas e a queda da produção garimpeira, somados à pouca diversificação da estrutura produtiva, geraria um declínio relativamente precoce da importância econômica do Vale, resultando num forte isolamento geográfico que persiste nos dias atuais, de muitas formas.

Segundo Ribeiro (1995), as áreas do Baixo e Médio Jequitinhonha eram densamente povoadas por diversas populações indígenas, que viviam da caça e coleta em regime de seminomadismo. Mesmo antes da colonização, os conflitos entre estes grupos eram frequentes, os Aimorés, que constituíam um grupo maior, travavam conflitos constantes com vários grupos menores, como os Macuni, Malali, Pataxó, Panhane, Maxacali, Comoxó, dentre outros. Com a entrada dos colonizadores nessas áreas, os conflitos não cessam e os índios lutam entre si e ao mesmo tempo contra os colonos. Ribeiro (1995, p. 183) aponta que os massacres aos índios ocorreram desde os primórdios da ocupação da região, mas ganharam impulso após 1808. Nesse ano, o governo, por meio da Carta Régia, incentivou a formação de militares para a guerra, a escravização de índios, bem como a ocupação das áreas de matas com as isenções de impostos e eximindo as dívidas ao governo àqueles que abrissem posses na região. Esse autor afirma, também, que a transmissão de doenças para a população indígena era frequente sendo distribuídos deliberadamente panos e roupas infectadas que causavam surtos de sarampo, gripe e varíola, chegando a exterminar comunidades inteiras. Segundo Ribeiro (1995), “os Maxacali no Rio do Prado, os Malali em Peçanha e, sobretudo, as comunidades aldeadas pelos frades capuchinhos, em Itambacuri, foram vítimas de varíola, num surto que se espalhou entre 1892 e 1895 no

Jequitinhonha, Mucuri e Doce” (RIBEIRO, 1995, p. 184). No entanto, esse fato configurou-se numa estratégia deliberada de guerra visando o extermínio da população indígena.

Ainda de acordo com Ribeiro (1995, p. 185), o auge desse conflito se dá em meados do século XIX e posteriormente muitos dos índios sobreviventes se mesclariam progressivamente à população e à cultura locais. Supõe-se, inclusive, que essa mistura estaria por trás da formação cultural de grande parte da população da região, isto é, de pequenos agricultores caboclos. Existem relatos, também, acerca do emprego da mão de obra indígena na agricultura e esse se deu, também, por intermédio da ação dos militares. De acordo com Ribeiro (1995, p. 186), o treinamento militar dos índios se concentrava para a formação de mão de obra rural à disposição dos colonos para o plantio de lavouras.

Após a primeira fase de ocupação do território, a distância do Vale em relação aos grandes centros da época, limitaria sua escala de produção agropecuária, voltada para alguns centros urbanos baianos e outros de maior porte no norte de Minas, como Montes Claros e Teófilo Otoni, mas também, para as suas próprias praças de mercado, situadas nas pequenas cidades. A cidade de Araçuaí se destacava por ser o grande entreposto comercial do Médio Jequitinhonha durante o século XIX, conectando a produção da região até mesmo ao comércio externo, via navegação do rio Jequitinhonha, tendo como porto em Belmonte no estado baiano. Os produtos comercializados eram a poaia, o algodão e a borracha, somados às culturas de fumo e cacau que partiam do sul da Bahia (CEMIG et al, 1987, p. 21-22). Quanto à produção alimentícia, ela era destinada ao próprio município.

Com o esgotamento do diamante explorado no rio Pardo, que constituía um fator de importante dinamismo para a cidade e a construção de uma via férrea iniciaram a decadência do pólo comercial de Araçuaí já no final da década de 1880. A partir de então sua importância diminuiu, mas ainda permaneceu a função de centralidade comercial.

No decorrer do século XIX, os pequenos focos de mineração da região ainda apresentavam importância, principalmente na consolidação de centros urbanos. Além de Araçuaí, Grão Mogol também surgiu a partir da atividade mineradora. A decadência

da mineração causou também um desestímulo às atividades agropecuárias, na medida em que a demanda pelo suprimento dos produtos também diminuiu. Dessa situação configuraram-se as fazendas autárquicas e de subsistência para a comercialização do excedente da produção.

Assim, no final do século XIX e no início do século passado, algumas áreas do Baixo Jequitinhonha se especializaram na pecuária e as demais áreas aprofundaram seu isolamento, praticando cada vez mais uma agropecuária voltada para seus próprios mercados consumidores e de subsistência. No Vale do Jequitinhonha predominava o valor de uso da terra e não seu valor de troca, na medida em que não existia um mercado de compra de terras na região; essa configuração formulou a estrutura campesina, presente até os dias de hoje no Vale. Segundo Ribeiro (1995), as compras e vendas de terras raramente ocorriam e, quando era o caso, envolviam outros bens (mantimentos, tropas etc.) ou terras de outras regiões. De acordo com esse mesmo autor, a propriedade de terra asseguraria “fartura, poder, prestígio, conforto e serviço alheio”, muito raramente tendo valor de mercado<sup>3</sup>.

Havia também formas diversas de uso da terra por posseiros e terceiros que desenvolviam alguma atividade em propriedades particulares, criando relações sociais baseadas em trocas e o pequeno agricultor se sujeitava à autoridade do proprietário (WOORTMAN, 1983, p. 171) . Essas configurações ocorriam, predominantemente, no Baixo Jequitinhonha e tratavam-se de grandes fazendas autárquicas de produção diversificada, com trocas internas entre os pequenos agricultores e donos da terra. Ribeiro (1995) ainda afirma que havia uma relação de trocas entre agregados e fazendeiros, que se legitimava a partir das relações entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terras, por meio de sistemas de plantio na meio, trabalhadores agregados, dentre outros.

O século XX no Vale do Jequitinhonha representou um período de continuidade deste quadro, marcado por seu isolamento já no final do século anterior. Na segunda metade do século XX, as técnicas de modernização da agropecuária aplicadas nas áreas de cerrado tiveram pouca infiltração na região, atingindo de forma mais

---

<sup>3</sup> Para o melhor entendimento da estrutura camponesa, vide CHAYANOV (1981), GARCIA JR. (2009), WOORTMANN (1990), WOLF (1970), WANDERLEY (1996).

significativa apenas o noroeste de Minas e o Centro-Oeste brasileiro. Segundo Ribeiro e Galizoni (2004, p. 6-7), esse processo não ocorreu no Jequitinhonha, em primeiro lugar, porque a modernização da agropecuária no Brasil se deu por meio de incentivos governamentais e de políticas de crédito rural destinados a determinados perfis de produtores, produtos e regiões. Segundo estes autores, camponeses ou produtores de outras regiões receberam apoio, entretanto, os agricultores familiares e o Vale do Jequitinhonha não foram beneficiados por essas políticas.

Em segundo lugar, haveria um elemento cultural importante, pois esta modernização se apoiava em métodos não usuais para os lavradores, como as máquinas, os adubos e os venenos, mesmo as áreas das chapadas da região sendo propícias para a implantação de uma agricultura intensiva. Aqueles mesmos autores propõem que este foi um processo que se assemelha ao que ocorre em todo o cerrados, onde “os agricultores locais ficariam ao largo do processo de intensificação agrícola, absorvendo apenas fragmentos desta transformação - na maioria das vezes apenas na pecuária e nas pastagens” (RIBEIRO; GALIZONI, 2004, p. 7).

No entanto, o desenvolvimento da silvicultura introduz novas técnicas para o setor primário do Vale. Ressalta-se que esta expansão da cultura do eucalipto no Vale iniciou-se na década de 1970, por meio de incentivos governamentais para a implantação de grandes projetos de reflorestamento. A respeito do Alto Jequitinhonha, propõe-se que este momento, que envolveu também a introdução do cultivo de café, foi uma primeira mudança na história do Vale desde que permaneceu historicamente isolada em sua atividade agropecuária.

O quadro atual do Vale do Jequitinhonha é resultado de todos esses processos históricos, onde a ausência de atividades produtivas mais avançadas e diversificadas, bem como, a sua organização territorial, aprofundam o isolamento da região. Há aí também uma continuidade com o padrão de ocupação do meio rural iniciado no século XIX que forma uma grande população de base camponesa e que atualmente ainda mantém seus modos de vida tradicionais.

#### 4.1 Dimensão Sociocultural

O que caracteriza o Vale do Jequitinhonha como uma região de forte identidade sociocultural é a unidade existente no vasto território da bacia hidrográfica, tanto assim que é chamada uniformemente como Vale do Jequitinhonha ou apenas Vale. Essa unidade é passível de ser contestada sob um olhar minucioso e de amplitude comparativa, porém, sabe-se que as práticas e hábitos relativamente homogêneos e a herança cultural por descendências aproximadas, permitem visualizar características singulares e similares por toda a região em que se estende a bacia do Jequitinhonha (CEMIG et al, 1987).

O processo de colonização e as condições ambientais permitem dividir o Jequitinhonha em duas regiões de características sociais distintas: o Alto Jequitinhonha que vai até a foz do rio Araçuaí, marcado pelo ciclo da mineração nos séculos XVIII e XIX que deu origem a um conjunto de municípios às margens do Jequitinhonha, e que, conforme exposto por Galizoni e Ribeiro (sem data) é onde:

Predomina o ambiente de cerrado, unidades familiares na agricultura, posse da terra pulverizada e alta taxa de migração sazonal; e o Baixo Jequitinhonha, marcado por vegetação de mata atlântica e, do ponto de vista social e cultural, pelo domínio da fazenda de criação extensiva, que marginaliza comunidades rurais, embora conserve dentro de si redutos camponeses personificados nas figuras dos agregados (GALIZONI; RIBEIRO, 2004, p. 6-7).

Continuidades, no entanto, podem ser traçadas a partir de outros processos históricos como a presença de populações negras e indígenas em toda extensão do território regional. Ainda nesse sentido, é importante considerar na descrição da identidade sociocultural do Vale, não só o folclore típico da região (artesanato, arte, literatura, danças, festas), mas o que a identifica de modo diferenciado: as formas de cultivo, a vida ao longo do rio, o garimpo, a economia das feiras, etc.

Algumas das informações levantadas sobre a identidade da população não são passíveis de mensuração, conforme foi observado ao longo de minha vivência empírica no Vale. A identidade está intimamente vinculada à memória individual e coletiva que representa uma construção do passado através da seleção e significação das experiências vividas (MONTENEGRO, 1992). Essa relação entre memória e identidade

ajuda a compreender um traço fundamental no universo das populações do nordeste mineiro: a tradição oral de transmissão da cultura. Ao narrar histórias, a memória coletiva é atualizada através da reprodução de alguns de seus elementos que transparecem valores e crenças, expressos nas relações com o ambiente, com trabalho e com a história local, veiculados nos conteúdos das histórias. A tradição oral de narrativas e de transmissão de saberes é encontrada entre as sociedades que povoam a região e constitui elemento de relevância central na constituição dos estilos de vida e do imaginário das coletividades. Animada por uma criatividade individual, essa tradição trabalha com a matéria variada do dia-a-dia para instituir modos próprios de percepção e discursividades que devem ser levados em conta numa caracterização global dessa população. Neste item trata-se primeiro da influência do meio ambiente na vida da população e na sua identidade cultural, para posteriormente abordar as manifestações culturais propriamente ditas, como uma dimensão suplementar e fundamental dessa identidade (MONTENEGRO, 1922).

A cultura do Vale do Jequitinhonha está marcada pelas condições ambientais da região, isso quer dizer que os aspectos ambientais determinam muitas das práticas dos indivíduos e que refletem em muitos aspectos do seu pensamento, dos seus hábitos e costumes. O modo de vida particular das populações do nordeste de Minas foi objeto de análise de pesquisadores<sup>4</sup> que se dedicaram a compreender os meios de produção dessas populações, as práticas culturais que regulam os usos dos recursos naturais e as características da estrutura social nas comunidades rurais onde se concentra grande parte da população da região. São esses estudos que sustentam a análise a seguir.

## **4.2 Dimensão Ecológica**

Os hábitos e costumes das populações do Vale são fortemente marcados por relações entre o homem e a natureza. A intensidade dessa relação se baseia tais como a predominância da população no meio rural, a centralidade do setor primário na economia da região e a baixa densidade demográfica. Porém, fatores de ordem cultural

---

<sup>4</sup> (CALIXTO; RIBEIRO, 2004), (DEUS, 2012), (WOORTMANN, 1983), (RIBEIRO; GALIZONI, 2004), (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).



estruturantes são fundamentais para compreender essa atitude em relação ao meio. Dado o grande número de populações tradicionais no Vale do Jequitinhonha, costumes diferenciados de sistemas agrários e da gestão dos recursos naturais singularizam a região.

Conceitualmente falando, como colocam Calixto e Ribeiro:

por populações tradicionais, entende-se aquelas que possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também a manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo (CALIXTO; RIBEIRO, 2004).

No Alto Jequitinhonha percebe-se entre as comunidades tradicionais, normas de comportamento que regulam o acesso à terra e os seus usos possíveis. A comunidade opera como a unidade cultural e territorial, organizando as noções de espaço, herança, pertencimento, ambiente e história. A família é a unidade produtiva e de consumo, é também o local de reprodução cultural na região. Família e comunidade se articulam no funcionamento econômico, social e cultural dessas sociedades (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

No Alto Jequitinhonha grande número de sitiantes, que vive nos vales profundos e nas regiões altamente drenadas, exploram o ambiente segundo uma classificação das potencialidades produtivas. As chamadas grotas, onde vivem, são terras boas de cultura e abundante em água, o que permite a produção agrícola. Esse ecossistema contrasta com as chapadas, de vegetação rasteira e de reduzida fertilidade. A paisagem é, então, matizada por diferentes ambientes intermediários que se orientam ora para a lavoura, ora para o extrativismo e pecuária, conforme a aproximação das chapadas. O regime agrário, chamado “terra no bolo” combina glebas de uso privado - lavoura e moradia - com terras de uso coletivo - extração e pastoreio (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983). Os direitos de acesso são regulados, da mesma forma que a paisagem, através de um gradiente: a herança é o direito mais forte que garante a posse das lavouras; conforme se sobe na paisagem, o direito passa a ser regulado pela

comunidade e pela sociedade mais ampla. Há uma sutil diferenciação entre a posse e o usufruto, aqueles terrenos que são produto do trabalho são mais privativos e os dons dados pela natureza são comunitários (WOORTMANN, 1983).

A sub-região do Médio Jequitinhonha é marcada pela presença de uma agricultura familiar muito significativa. Neste sentido, Graziano e Graziano Neto (1983) já identificavam nessa região os fundamentos de uma agricultura camponesa muito peculiar, com características que marcam culturalmente, politicamente e ideologicamente a vida do homem rural do Vale. Certamente é um traço que vem mudando com o tempo, não obstante ainda com a persistência da vida camponesa ou na perspectiva da agricultura familiar, em que pese as distintas definições que os dois conceitos comportam.

O Baixo Jequitinhonha, seguindo a divisão regional sugerida, esteve marcado pelas grandes fazendas de policulturas e de pecuária como sistema de produção, e que desfrutavam de grande poder na sub-região. A figura do agregado que trabalhava na fazenda, assim como do vaqueiro que também compunha esse sistema, predominou até a década de 1970 e sucumbiu a partir do declínio das fazendas provocado pelo esgotamento das terras e as mudanças no mercado nacional. Hoje se percebe a proliferação de assentamentos rurais na região. No entanto, comunidades rurais organizadas ao redor das relações de compadrio, parentesco e vizinhança também existiram e ainda persistem na região. O modo de vida dessas comunidades orienta também a gestão regulada dos recursos. É o caso da água que é classificada conforme sua funcionalidade. Nesse sentido, água pequena é a água boa para beber, que é encontrada nas nascentes. A partir daí segue-se uma escala que culmina na água dos rios, como o Jequitinhonha, considerada a água grande. Outros pares de oposição somam-se a este para qualificar a água: corrente e parada ou de fácil ou difícil regulação (cf. RIBEIRO; GALIZONI, 2004). Há uma regulação coletiva também baseada em um direito consuetudinário, baseado em critérios geográficos ou de parentesco, por exemplo.

O direito costumeiro é uma propriedade e valor dessas comunidades. As práticas culturais em relação ao meio ambiente são muitas vezes fatores de controle da biodiversidade e da continuidade reprodutiva da fauna e flora locais. Portanto, aponta-

se como uma das características fundamentais das comunidades rurais que vivem principalmente às margens dos rios da bacia, mas não só aí, uma atitude em relação ao meio natural de eficácia na gestão dos recursos naturais por meio de uma “negociação” constante com o ambiente: como dependem dele usam-no de forma regulada. Essa relação com a natureza, que marca o estilo de vida dessas comunidades, é fruto de um conhecimento profundo e articulado dos bens naturais. O desenvolvimento de técnicas sustentáveis de produção chega a produzir uma biodiversidade dependente da ação humana, agregando valor à natureza (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983).

### **4.3 Relações de Produção e Comercialização**

A “economia popular” (KRAYCHETE, 2000) é um elemento substancial na estrutura produtiva do Vale do Jequitinhonha. Trata-se, grosso modo, de uma configuração da esfera produtiva em moldes caseiros (como extensão desse próprio espaço), pouco empresariais, de estrutura administrativa e emprego de técnicas e bens de capital pequenos ou inexistentes. Parte dessa produção se volta para a subsistência, havendo a comercialização diretamente nos mercados (ou via atravessadores) dos excedentes ou de alguma produção especificamente destinada para tal.

Segundo Ribeiro et al (2006), existe uma grande quantidade de feiras nas pequenas centralidades do Vale, realizadas semanalmente em sua grande maioria, e que constituem uma importante fonte de renda para os pequenos produtores situados nas áreas rurais ao redor desses centros urbanos. Segundo aqueles autores, apesar do valor agregado relativamente baixo nesses mercados, existe também um aspecto socioespacial importante a ser considerado, pois a prática das feiras constitui uma herança da (forte) relação histórica entre o meio rural de pequenos produtores e as pequenas cidades da região, envolvendo aspectos não-econômicos, não somente no que diz respeito à segurança alimentar (supostamente resolvida devido aos preços baixos praticados nessas feiras), mas também em termos culturais, de sociabilidade e de trocas simbólicas que são importantes para a identidade da região.

Há também uma pulverização da renda nessa estrutura de mercado, no sentido de que as relações de produção e comercialização ocorrem de forma direta, sem

intermediadores ou atravessadores que muito frequentemente conformam um problema para o pequeno produtor rural sem condições de distribuição e escoamento de sua produção (criando condições de monopólio). Ou seja, além das relações de produção e da divisão do trabalho serem pouco aprofundadas, a produtividade e o valor agregado da produção realizada na pequena propriedade e comercializada nas feiras são bastante baixos, evidenciando um problema do ponto de vista econômico em sentido estrito, mas que deve ser avaliado também em outros termos, diretamente ligados ao bem estar social, em termos de qualidade de vida e justiça social. Não se trata de forma alguma de procurar relativizar a significância da pobreza da região, mas simplesmente de chamar atenção para outros aspectos não capturáveis nos dados socioeconômicos e que são de extrema importância para o modo de vida e para o bem estar social da população do Jequitinhonha. A respeito das feiras, afirma-se que elas têm uma grande importância sob aspectos diversos, sendo que:

(...) “elas só serão vistas se forem observadas, e seu movimento sempre é considerado pequeno, como efetivamente será se for comparado aos negócios feitos na cadeia produtiva da soja ou do boi gordo. Acontece, porém, que pequenezas é um conceito muito relativo, que depende da perspectiva, da precisão dos instrumentos e, principalmente, das circunstâncias: no Jequitinhonha não se planta soja e poucos bois são engordados, e nessa economia rural muito diversificada e não integrada às iniciativas locais que geram produtos e ocupação ganham um valor inusitado, pelo que podem representar em valorização de identidade regional, que vem a ser um suporte poderoso para as iniciativas de desenvolvimento rural; pelo que podem representar em economia de recursos públicos que seriam gastos na saúde, em transferências e no combate à desnutrição, por exemplo; pelo que representam em possibilidade de aliar antigas práticas com inovações produtivas. É por isso que na sua aparente pequenezas essas feiras livres apresentam uma renovada importância, ao beneficiar aos agricultores familiares, ao comércio urbano e aos consumidores (...)” (RIBEIRO et al, 2006, p. 2-3).

Assim, existe uma riqueza desse circuito da economia popular cujo nó (mesmo numa região de forte ruralidade) se encontra nas cidades, que possibilitam a praça do mercado onde se encontram esses pequenos produtores uns com os outros e com população de modo geral. Ribeiro (2006, p. 17) chama atenção para o fato de que as feiras devem ser levadas em consideração nos próprios projetos de desenvolvimento local e regional, assim como na formulação de políticas voltadas para geração de emprego e renda de modo geral:

Feiras são espaços extraordinários para formulação de políticas: são pontos nodais da relação dos agricultores (as) com o mercado, com o urbano e com as informações. Por isso, são espaços para criar ações fáceis, baratas e de amplo atingimento. Ações como logística de transporte, melhoria de sistemas produtivos, microfinanciamento comunitário à indústria doméstica rural, certificação de origem de produtos rurais são perfeitamente possíveis neste campo, além de inúmeras atividades de capacitação para o beneficiamento, ambiente, produção, alfabetização etc. É, ainda, importante observar que o público consumidor dessas feiras revela uma grande fidelidade a estes mercados: consideram o local por excelência de abastecimento de produtos culturalmente validados, como a rapadura, farinha, goma e corante, que do ponto de vista cultural da segurança alimentar são essenciais às famílias urbanas (...) (RIBEIRO et al, 2004, p. 17).

Seria então desejável que o desenvolvimento da economia agropecuária da região ocorresse através da introdução de técnicas e outras formas pontuais de modernização das atividades visando um aumento da produtividade do pequeno produtor aliada à manutenção dessas características tradicionais do mercado e de suas estruturas, por meio de cooperativas de beneficiamento, da oferta de cursos técnicos, do incentivo às feiras locais, dentre outros. Um exemplo interessante de iniciativa de desenvolvimento local realizada nesse sentido é a implantação de casas de farinha na sub-região do Médio Jequitinhonha por parte do CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - formado por 21 municípios da região) com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Trata-se de equipamentos de beneficiamento da produção do pequeno agricultor organizados em cooperativas cuja produção é comercializada na própria região (MDS, 2007).

Nos setores urbanos esses esforços de desenvolvimento local baseado na geração de renda através do fomento e da agregação de valor à produção já realizada se manifestam de forma mais visível no artesanato. Desde a década de 1980 existem ações voltadas para o incentivo ao artesanato produzido no Jequitinhonha. Como relatado em 1987 acerca da situação do artesanato feito na região naquele período.

Uma outra atividade importante para o Vale é o artesanato. Grande produtor dentro do Estado, a atividade vem perdendo importância pelas dificuldades de comercialização e pela constante depressão dos preços imposta por aqueles que intermedeiam a venda do produto. Os principais produtos são peças em cerâmica, tanto de uso decorativo quanto doméstico, tapetes arraiolo e peças em tecido de roupa de cama. O artesanato não é uma atividade desenvolvida em toda a extensão do Vale, mas principalmente no Alto e Médio Jequitinhonha

e a produção está organizada em pequenas associações de artesãos, que dividem o produto da venda entre si. Há um processo de tentativa de reconhecimento da produção de artesão por parte dessas associações. (...) [Em alguns casos] quem intermedeia a venda do artesanato é o Estado, através da Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS) ou pelo Centro de Artesanato Mineiro (CAM), que também orientam o que produzir, como produzir e quanto produzir. É bom relevar que esta foi uma atividade grandemente incentivada pelo Estado nos últimos anos como forma de se obter melhoria de renda para a população do Vale. Entretanto, as visitas da SETAS e CAM para a compra de peças desses artesãos estão se tornando raras, causando problemas na comercialização dos produtos, o que pode ocasionar a decadência dessa atividade na região” (CEMIG et al, 1987, p. 77-78).

Pode-se supor que o crescimento do artesanato na região foi substancial após o período relatado acima, passando a constituir uma fonte de renda complementar para as famílias, tanto diretamente ligadas ao meio rural de pequenos produtores quanto aquelas situadas nas cidades. Essa produção se direciona a mercados consumidores situados fora do Jequitinhonha, como indicado por pesquisa realizada por Ribeiro et al (2006, p.8), cuja pesquisa de campo indica que somente 1,47% dos pontos de venda das feiras locais da região se dedicam à venda de artesanato. Não somente no que diz respeito ao artesanato, em outro relato o autor referido afirma que,

(...) ”em geral, as experiências de levar produtos excedentes ou artesanais da região para outros mercados não têm sido muito boas; os dois casos mais recorrentemente citados, Mãos de Minas e Armazém da Roça, são experiências mal avaliadas pelos participantes, embora os problemas não estejam nas organizações, mas no modelo, no formato da experiência que envolviam consignação e períodos demorados de prestação de contas. Mas, com base nos insucessos, têm prosperado nos últimos tempos iniciativas de comercialização coletiva e contratos comunitários, com mediação de organizações locais, que envolvem vendas importantes de produtos da agricultura familiar, principalmente mel. São programas que podem ser denominados, com licença da impropriedade contraditória dos termos, intermediação solidária: empreendedores de pequena escala compram a produção de grande número de apicultores por meio de organizações locais que apenas reúnem os produtos, mediam os contatos e certificam a qualidade do produto pela origem; isto confere um grande alento à produção local” (...) (RIBEIRO et al, 2004, p. 17).

A relação dessa estrutura econômica organizada de baixo para cima com os recursos naturais da região é bastante estreita, uma vez que o meio ambiente envolvente é amalgamado na vida das comunidades rurais. Não somente existe uma forte vinculação com a terra por parte dos pequenos agricultores, mas há também uma relação particular com as águas da região. Segundo Ribeiro et al (2003) (que realiza

uma ampla pesquisa de cunho etnográfico na região que permite a compreensão de noções impregnadas no cotidiano local centrais na sua reprodução), a importância das nascentes e de pequenos cursos d'água na organização socioespacial e produtiva do Jequitinhonha é fundamental: são locais de referência na sociabilidade e na identidade, assim como na organização da ocupação do território por parte da população (a proximidade de pequenos cursos d'água e de nascentes é sempre central). As nascentes e os pequenos cursos d'água na região são importantes também para a produção, sendo que os bens excedentes voltados para o comércio dependem do acesso a fontes de "água boa". Ou seja, a fonte de dinheiro que ajuda essas economias locais de pouca circulação monetária está diretamente ligada à fonte de água de boa qualidade. E essa qualificação da água se relaciona na região ao seu "tamanho":

A água, porém, quanto mais cresce em volume mais perde em qualidade, pois vai reunindo impurezas, avolumando-as, de tal forma que água grande - rio, grande barragem, lago - é sempre água suja. As águas dos rios, na medida que crescem em volume, perdem em qualidade: da nascente ao córrego, do córrego para o ribeirão, deste ao rio, enfim ao rio grande, assiste-se a um crescente de sujeira e impropriedade ao consumo, de onde se pode concluir, por fim, que a água dos rios maiores é a mais suja. A água grande reúne muitos resíduos e os transporta, e quanto mais lugares percorre mais impurezas carrega. É uma água sobre a qual nenhum consumidor quer ter primazia e ninguém consegue consumi-la pura; lavradores só vão consumi-la em último caso, na ausência de nascentes e minadouros. São freqüentes as reclamações por água exatamente às margens dos rios, e mediadores e agentes de desenvolvimento costumam a perceber que é uma reclamação por qualidade da água" (RIBEIRO et al, 2003).

Diretamente ligada a essa noção está o fato de que no Jequitinhonha a população entende a água como um bem de todos, de livre acesso, e não como um bem mercantil (o que é o caso do produto do trabalho e dos animais). O abuso dessa liberdade de uso e acesso às águas é mal visto pela população local, e inclui-se aí impedimento de sua livre circulação, que causa, potencialmente, uma piora na qualidade para os que se encontram a jusante dos barramentos:

A acumulação de águas por barramento ou açude privativo pode reverter em dano para quem o constrói: dano qualitativo, pois a serventia da água entancada é reduzida, e a qualidade comprometida deixa no prejuízo quem estocou o dom; dano moral, pela avaliação subjetiva da comunidade, que em algum momento se torna dano material, pelas possibilidades concretas de retaliação futura, que certamente não serão desperdiçadas pelos prejudicados (...)" (RIBEIRO et al, 2003).

Existe aí uma noção de que a escassez de água é tanto quantitativa quanto qualitativa, o que por sua vez está ligada à possibilidade de circulação das águas, e que mesmo na situação de escassez os critérios de qualidade permanecem.

Como conclusão desta seção, propõe-se algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, pode-se considerar que regiões de alto grau de isolamento como é o caso da Região do Vale do Jequitinhonha tendem a constituir ao longo de sua história características peculiares de organização social e produtiva, a partir de um nexo interno à região, em função de seu próprio isolamento. Muitas vezes essas características passam despercebidas aos pesquisadores, em função da dificuldade de mensuração e avaliação objetiva desses traços. No caso da economia popular, a esfera da produção geralmente se mescla no que geralmente se considera como (espaço da) reprodução das famílias e da população em geral, o que se torna outra fonte de dificuldade para a pesquisa. Duas advertências se fazem presentes nesse quadro: em primeiro lugar, a economia do Vale do Jequitinhonha inclui de forma significativa essa esfera de atividades de subsistência e diretamente voltadas para a reprodução coletiva da população (muitas vezes sem passar pelos mercados), e este é um fator importante para o entendimento da própria economia da região. Por outro lado, deve-se tomar o devido cuidado para que com essa atitude não se subestime os problemas relacionados à pobreza existentes na região, tanto no que tange diretamente aos aspectos ligados à geração de emprego e renda, mas principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços coletivos básicos, como a saúde e a educação. A complexidade da realidade socioeconômica de uma região tão culturalmente rica como a do Vale do Jequitinhonha demanda uma abordagem ciente destes dois desafios.

#### **4.4 Artesanato**

O artesanato é considerado a produção mais significativa dos bens culturais no Vale do Jequitinhonha, por reunir uma tradição singular e de grande riqueza representacional. Integrado ao mercado externo, os produtos fabricados pelos artesãos da região em diversos materiais são artefatos considerados de valor artístico e



comercial. Nessa produção destaca-se o artesanato feito em barro, a partir de técnicas de modelagem particulares, os elementos produzidos em fibras vegetais, as peças de madeira e a tecelagem (MARTINS, 1973). Como conjunto de artefatos produzidos pela população da região, o artesanato tem um caráter representativo das concepções de mundo e do imaginário popular. A produção é normalmente familiar ou de pequenos grupos. Os saberes, técnicas, processos e desenhos são transmitidos entre as gerações e compõem o conjunto de costumes e hábitos dessas sociedades a partir de um passado revivido nas práticas culturais que se perpetuam (RIBEIRO et al, 2007).

Estreitamente ligado às atividades cotidianas, o artesanato, originalmente, esteve vinculado aos períodos de entressafra, sendo uma atividade predominantemente feminina. Até a década de 1970, encontrava-se com mais constância nas feiras apenas utensílios domésticos como panelas, potes, torradeiras, bulhões. Sem dúvida, a valorização do artesanato em nível local, e hoje nacional, levou a um aumento no número de artesãos e a uma diversificação das representações. Essa valorização trouxe como corolário a mudança de ofício por parte da população na busca de um reforço considerável ao orçamento familiar. Há uma visível transformação do objeto utilitário para o objeto artístico, perceptível, por exemplo, nas moringas que deixam de conter tampas para que estas sejam incorporadas ao tronco da peça que ganha concepção de “escultura” (RIBEIRO et al, 2007).

Em linhas gerais, os dados apresentados na literatura permitem visualizar uma importante produção de artefatos artesanais que possui um significado primordial nos costumes regionais. Como elemento diacrítico, que permite uma construção de diferenças em relação a outros grupos, o artesanato local, assim como as tradições festivas, representa um fator instrumental na identidade sociocultural do Vale, na medida em que dá sentido a uma cultura particular, eivada de práticas e atitudes, objetos e ritos que dão sentido a um pertencimento para essas sociedades (PEREIRA, 1996).

Em linhas gerais, o Vale do Jequitinhonha apresenta uma lógica muito própria em sua organização social, onde é necessário um olhar despido de preconceitos e ideias preconcebidas que há muito tempo permeou o meio acadêmico, que até hoje, aliás, ainda lança suas sombras sobre o Vale, anuviando o entendimento acerca das

relações das populações locais com o meio ambiente envolvente. Desfazer esse véu não é tarefa fácil, e, por isso mesmo, o esforço desse trabalho é expor, pelo menos, parte do grande rizoma que lança suas raízes desde o município de Diamantina até os limites com o estado da Bahia, em um mosaico organizacional que assume uma complexidade microcós mica e biodiversa.

No que se segue, será discutido o que diz a bibliografia sobre a emancipação político-administrativa dos municípios no Brasil. E na última parte, serão analisados alguns aspectos dos onze municípios do Vale do Jequitinhonha, que tiveram sua emancipação após 1988, realizando as possíveis bases e/ou constrangimentos entre o que já foi abordado e os dados a serem apresentados.

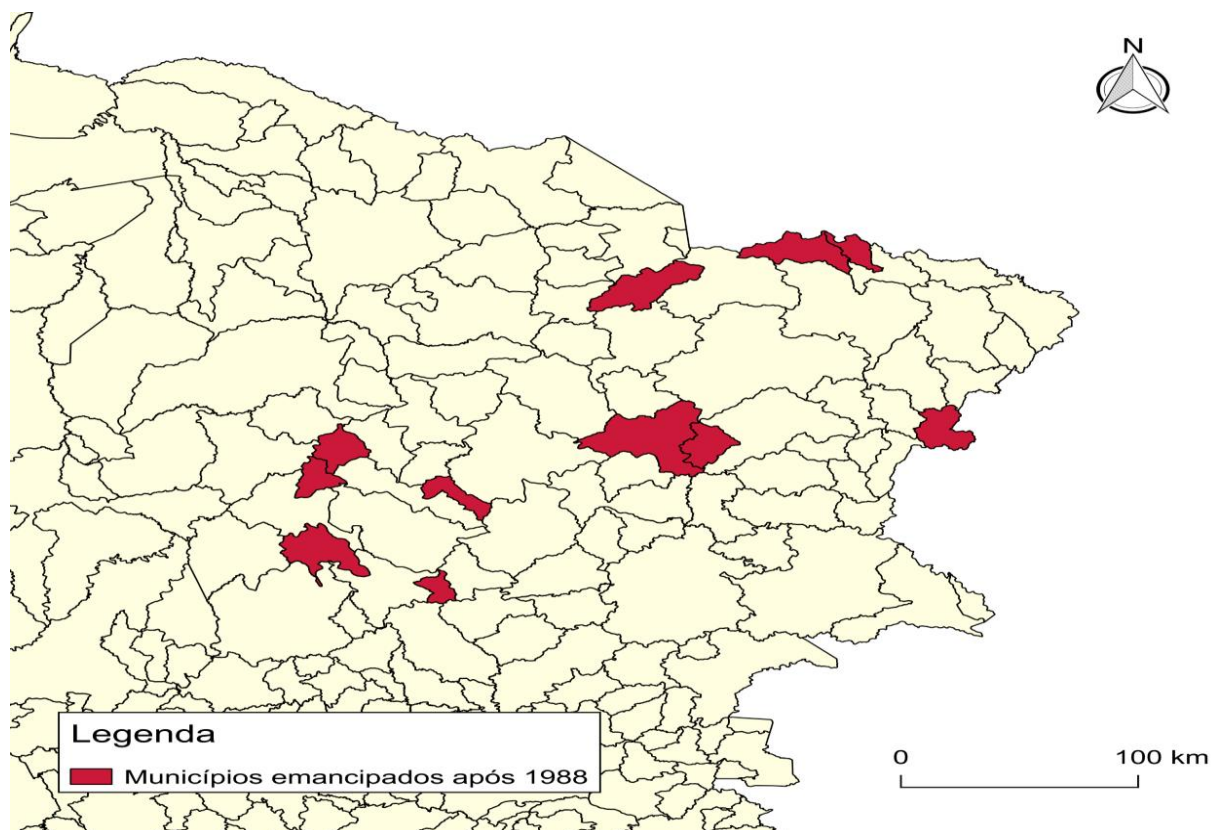
## 5 AMOSTRA DE PESQUISA

Situado no nordeste de Minas, banhado pelo Rio Jequitinhonha, o Vale do Jequitinhonha (Figura 2) ocupa uma área de 79 mil km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 980 mil habitantes, das quais mais de dois terços vivem na zona rural. É composto, hoje, por 75 municípios, dos quais 52 estão organizados nas microrregiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, e 23 estão integrados à antiga área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e mais de dois terços dela vive na zona rural (Pólo do Jequitinhonha / UFMG, 2018).

**FIGURA 2 - Municípios integrantes do Vale do Jequitinhonha**



Fonte: CEDEPLAR/UFMG, 2018.

**FIGURA 3 – Municípios do Vale do Jequitinhonha emancipados após 1988**

Fonte: Dados IBGE, 2017.

As informações sobre população, bem como demais características são provenientes dos censos demográficos (IBGE Cidades, 2000 e 2010) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD 2018); foram coletados dados dos anos de 2000 e 2010.

O Vale do Jequitinhonha constitui algumas das regiões com menor desenvolvimento socioeconômico em Minas Gerais. Com uma população residente correspondente a 3,9% do total estadual, foram responsáveis pela geração de apenas 1,3% do PIB estadual em 2013 (IBGE, 2018).

Dos onze municípios analisados o de maior área territorial é Ponto dos Volantes no Médio Jequitinhonha, conforme demonstrado na Tabela 1, e o menor é Angelândia no Baixo Jequitinhonha, município este que faz limite com o estado da Bahia.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH-M<sup>5</sup>), os municípios refletem as desigualdades da região. Leme do Prado possui o maior IDH-M (0,670), maior do que a média do estado de Minas Gerais (0,657) (IBGE, 2018). A segunda posição fica empatada entre os municípios de José Gonçalves de Minas e Veredinha, ambos com 0,632. Em ambos os municípios a agropecuária e a extração vegetal (carvão vegetal) são os principais propulsores da economia (CEMIG, 2018).

Os município com o pior desempenho do IDH-M são, respectivamente, Monte Formoso com 0,541, e Palmópolis com 0,565. Nos demais municípios, têm-se certa homogeneidade quanto ao IDH-M. Contudo, o IDH-M dos onze municípios é 0,602, enquanto esse valor no ano de 2010 para o Vale é 0,659 (PNUD, 2010), variação apenas moderada. Contudo, de uma forma geral, não se pode concluir que ocorreram melhorias substanciais na qualidade de vida da população dos municípios selecionados.

A região em questão não apresenta um protagonismo no que tange à produção de riquezas dentro do Estado, por exemplo, visto que seu PIB representa apenas 2,0% do PIB de Minas Gerais (IBGE, 2018). Dentre as atividades econômicas da mesorregião, destacam-se o comércio, a agricultura, a pecuária e a fruticultura, com ênfase no plantio de banana e café (IBGE, 2018).

---

<sup>5</sup> O IDHM é um índice geral a partir de dados do Censo Demográfico e leva em consideração três fatores: educação, renda e longevidade da população. A escala vai de 1 (maior IDHM) a 0 (menor). Em MG, o menor IDHM é o da cidade de São João das Missões (0.529) e o menor, de Nova Lima (0.813) (IBGE Cidades, 2018).

**TABELA 1 - Municípios Emancipados após 1988 na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG**

Municípios	Sub-região	Ano de Emancipação Político-administrativa	Município de Origem	Atividade Econômica Predominante	Média IDH (IDH-M)	Área territorial
Angelândia	Alto Jequitinhonha	1995	Capelinha	Agropecuária e Serviços (cafeicultura)	0,597	185,211 Km <sup>2</sup>
Cachoeira de Pajeú	Baixo Jequitinhonha	1989	Pedra Azul	Agropecuária e Serviços	0,578	695,672 Km <sup>2</sup>
Divisópolis	Baixo Jequitinhonha	1992	Almenara	Agropecuária e Serviços	0,609	572,926 Km <sup>2</sup>
Jenipapo de Minas	Médio Jequitinhonha	1997	Francisco Badaró	Serviço e Indústria	0,624	284,453 Km <sup>2</sup>
José Gonçalves de Minas	Médio Jequitinhonha	1995	Berilo	Agropecuária e Serviços	0,632	381,332 Km <sup>2</sup>
Leme do Prado	Alto Jequitinhonha	1995	Minas Novas	Serviço e a Indústria	0,670	280,036 Km <sup>2</sup>
Mata Verde	Baixo Jequitinhonha	1992	Almenara	Agropecuária (cafeicultura)	0,581	227,539 Km <sup>2</sup>
Monte Formoso	Baixo Jequitinhonha	1995	Joáima	Agropecuária e Serviços	0,541	385,553 Km <sup>2</sup>
Palmópolis	Baixo Jequitinhonha	1992	Rio do Prado	Agropecuária e Serviços	0,565	433,154 Km <sup>2</sup>
Ponto dos Volantes	Médio Jequitinhonha	1992	Itinga	Agropecuária e Serviços	0,595	1.212,413 Km <sup>2</sup>
Veredinha	Alto Jequitinhonha	1995	Turmalina	Agropecuária e Indústria	0,632	631,691 Km <sup>2</sup>

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD), 2013. IBGE Cidades, 2018.

De uma forma geral, percebe-se a carência de centros regionais dotados de expressivos contingentes populacionais, conforme demonstra a Tabela 2. Nota-se, no período 2000-2010, que os municípios mantiveram sua tendência de baixíssimo crescimento populacional e, em alguns casos, perdas de população, principalmente por emigração para outras regiões mais desenvolvidas (UFMG, 2002). Nenhum dos

municípios da amostra destaca-se por apresentar um porte populacional expressivo, com população acima de 50 mil habitantes. Há uma expressiva depressão econômica em toda a mesorregião, cujos resultados são a baixa taxa geométrica de crescimento anual e crise econômica (exceções existem: Divisópolis, cuja TGCA é de 3,31%).

**TABELA 2 - População rural e urbana dos municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha / MG**

População Município	2000			2010			Crescimento 2000/2010 (%)			Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) 2000/2010
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	
Angelândia	7.468	4.242	3.226	8.003	3.967	4.036	7,16	-6,48	25,11	0,69
Cachoeira de Pajeú	8.523	5.388	3.135	8.962	4.505	4.457	5,15	-16,39	42,17	0,50
Divisópolis	6.480	1.576	4.904	8.970	2.566	6.404	38,43	62,82	30,59	3,31
Jenipapo de Minas	6.490	4.468	2.022	7.117	4.235	2.882	9,66	-5,21	42,53	0,93
José Gonçalves de Minas	4.696	3.913	783	4.577	3.436	1.141	-2,53	-12,19	45,72	-0,31
Leme do Prado	4.736	3.195	1.541	4.814	3.050	1.764	1,65	-4,54	14,47	0,14
Mata Verde	7.085	1.396	5.689	7.880	1.488	6.392	11,22	6,59	12,36	1,06
Monte Formoso	4.411	3.032	1.379	4.664	2.964	1.700	5,74	-2,24	23,28	0,54
Palmópolis	8.886	4.416	4.470	6.925	2.437	4.488	-22,07	-44,81	0,40	-2,45
Ponto dos Volantes	10.529	7.469	3.060	11.345	7.314	4.031	7,75	-2,08	31,73	0,75
Veredinha	5.257	2.137	3.120	5.553	1.776	3.757	5,63	-16,89	20,42	0,54

Fonte: IBGE, Resultados dos Censos 2000 e 2010.

Os municípios que apresentaram taxas geométricas de crescimento negativas são Palmópolis (-2,45) e José Gonçalves de Minas (-0,31). Palmópolis também apresenta, conforme mensurado anteriormente, o segundo pior IDH-M da amostragem. Sua população rural decresceu quase que pela metade de 2000-2010. O município de Divisópolis, em contrapartida, teve sua população acrescida em torno de 38% em comparação com a contagem censitária do ano 2000, com destaque para sua população rural que cresceu quase 63%. A taxa geométrica de crescimento foi de 3,31 %, muito acima da média de Minas Gerais (0,91%).

É relevante frisar que, exceto dois municípios (Divisópolis e Mata Verde), apresentam taxas geométricas de crescimento negativas para suas populações rurais. Fato esse, que é um reflexo do que persiste em todo o país: o êxodo rural.

Já a evolução da porcentagem das moradias que tiveram o abastecimento de água regularizados (água encanada) aumentou exponencialmente de 2000 para 2010,

conforme demonstrado na Tabela 3. Os números críticos do ano 2000 tiveram, dessa forma, uma melhora animadora.

**TABELA 3 - % da População em domicílios com água encanada nos municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG**

Municípios	2000 (%)	2010 (%)
Angelândia	47,46	85,57
Cachoeira de Pajeú	41,89	62,09
Divisópolis	64,39	84,65
Jenipapo de Minas	29,30	63,20
José Gonçalves de Minas	45,75	63,67
Leme do Prado	66,60	81,00
Mata Verde	74,11	91,73
Monte Formoso	29,57	75,55
Palmópolis	34,24	86,03
Ponto dos Volantes	31,79	67,97
Veredinha	46,88	76,96

Fonte: PNUD, 2018

Segundo a Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams) cerca de 120 mil pessoas (27 mil famílias) são afetadas pela falta d'água na zona rural de 55 municípios norte/nordeste-mineiros que decretaram estado de emergência por causa da estiagem (AMAMS, 2018). Mas, segundo a própria entidade, a população atingida pode dobrar, pois em 15 municípios da região a dificuldade de acesso à água também chegou para aqueles que vivem na área urbana.

A quantidade pluviométrica registrada no Norte e Nordeste de Minas no ano chuvoso 2016/2017 não chegou a 60% da média histórica da região. O resultado foram



as perdas de quase 100% das plantações de milho e feijão, destruição das pastagens, secamento de centenas de rios e córregos e o agravamento da crise hídrica (AMAMS, 2018). Ainda segundo dados da Amams, Minas Gerais teve no ano de 2017, 79 municípios em estado de emergência por causa da seca, quase todos no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Só no ano de 2017 a população rural da região atingida pelo desabastecimento de água chegou a 120 mil pessoas. Em muitas ocasiões, é necessário que o abastecimento seja efetuado por meio de caminhões-pipa que se abastecem de água nos municípios vizinhos.

Por conseguinte, ainda que a porcentagem de residências que tenham água encanada tenha aumentado de 2000 para 2010, esse aumento não é garantia de efetividade do abastecimento, mas sim uma melhora na infraestrutura do abastecimento. Esse problema ainda é agravado para aqueles municípios onde o percentual de falta de água encanada aproxima-se dos 40% (Cachoeira de Pajeú, Jenipapo de Minas e José Gonçalves de Minas).

Por isso, frente à escassez de água, é necessário enquanto for possível, um enfoque coletivo na construção do problema, pois as manifestações da escassez passam, também, por uma regulação comunitária, mesmo que isto venha a manifestar-se em sacrifícios, que serão muito certamente sacrifícios coletivos (Ribeiro e Galizoni, sem data). No limite, ao entregar parte do seu destino nas mãos dos poderes públicos que gerenciam a água e o carro-pipa, principalmente os lavradores são forçados a redefinirem alguns dos laços da gestão dos recursos que dispõem. Passariam então a buscar soluções individuais, mediadas pelo poder público; certamente soluções mais custosas, mais morosas e menos perfeitas que outras surgidas de consensos (Ribeiro e Galizoni, sem data).

A sociedade é responsável por produzir e reproduzir um modelo de vida marcado pelas diferenças sociais favorecendo o advento do modelo capitalista. Este modelo é pautado na distribuição desigual dos benefícios oriundos da exploração dos recursos naturais e se tornou responsável pela acentuação da pobreza (FONSECA; SANTOS; MENDONÇA, 2013). A economia é priorizada em detrimento do bem estar social fazendo com que estudos que envolvam variáveis socioeconômicas se tornem

pertinentes na busca de uma sociedade sustentável e justa (LEITE; CLEMENTE; LEITE, 2008).

Sabe-se que ainda não foi encontrado um modelo de sociedade que seja capaz de eliminar mazelas sociais como pobreza, miséria, fome, desnutrição e outras questões relacionadas à humanidade e suas complexas relações, muitas vezes mediadas por conflitos (WISCHNATH; BUHAUG, 2014). A geopolítica atual expressa uma configuração mundial jamais vivida anteriormente, as relações de câmbio e articulações financeiras, culturais, sociais, dentre muitas outras que se desdobram no meio virtual apontam para um cenário que alguns estudiosos vêm chamando de Aldeia Global (CURTIS, 1987; TREMBLAY, 2003; FREIRE, 2006; SILVA; ALVARENGA, 2009; GOMES; LONDERO; NASCIMENTO, 2009).

Entretanto, Gomes; Londero; Nascimento, (2009) sustentam que a aldeia global não é o mesmo que mundo melhor. Apenas denota a possibilidade de acesso à informação por qualquer interessado desde que o mesmo tenha acesso aos meios virtuais. Promove, de fato, o encurtamento das distâncias e de relações pessoais que outrora jamais seriam concebidas. Todavia os extraordinários avanços tecnológicos não resolveram mazelas sociais históricas.

Fome, miséria, altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, desemprego, falta de saneamento básico, são alguns dos fenômenos sociais que retratam uma realidade que contrasta com a biomedicina, a nanotecnologia e a exploração espacial. Além de produzirem angústia no mundo inteiro (HUSSAIN BHUIYAN; BAKAR, 2014) e intensificar as migrações internacionais (GAGNON et al. 2013). Sendo assim, as possibilidades criadas pela aldeia global não excluíram a desigualdade social, ao contrário, acentuaram-na, replicando padrões de conduta de modo imponente, interferindo na construção da identidade cultural dos indivíduos (FREIRE, 2006).

A questão da pobreza vem sendo tratada pela Organização das Nações Unidas – ONU desde 1998, quando formulou a Declaração do Milênio onde a erradicação da pobreza e da fome se tornou um dos alvos do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (SAMAT et al. 2012). Portanto, incluir neste trabalho uma variável que analise a porcentagem da vulnerabilidade à pobreza nos onze municípios que compõe a amostragem de pesquisa faz-se pertinente (Tabela 4)

**TABELA 4 - % de vulneráveis à pobreza nos municípios emancipados após 1988 na mesorregião do Vale do Jequitinhonha/MG**

Municípios	2000 (%)	2010 (%)
Angelândia	78,48	63,27
Cachoeira de Pajeú	85,93	67,78
Divisópolis	78,50	60,84
Jenipapo de Minas	83,50	57,18
José Gonçalves de Minas	71,19	50,02
Leme do Prado	71,23	46,29
Mata Verde	75,78	61,79
Monte Formoso	90,83	78,16
Palmópolis	86,71	64,73
Ponto dos Volantes	88,22	66,18
Veredinha	78,37	55,31

**Fonte:** PNUD, 2018

É patente no cenário em questão os níveis de vulnerabilização à pobreza das referidas populações. Em nenhum dos municípios, a redução da vulnerabilidade da pobreza ultrapassou algo em torno dos 35% de 2000 para 2010. Em termos gerais, apenas Leme do Prado está abaixo dos 50% de vulneráveis à pobreza (Município com maior IDH-M na amostra: 0,670), já o município de Monte Formoso, em contrapartida, se aproxima dos 80% (este município também apresenta o segundo pior IDH-M: 0,541) No intervalo de dez anos, a redução da vulnerabilidade é tímida e isso corrobora com a ideia que o estudo da amostragem tem revelado até agora: as condições

socioeconômicas nos onze municípios são muito análogas entre si. Portanto, este cenário aponta má distribuição de renda entre os municípios.

A amostra estudada apresenta desigualdades em diversos eixos. Consequentemente, mesmo que inserida no contexto de aldeia global, a amostra é exemplo de desigualdades sociais e referência empírica do contexto estadual, nacional e mundial nas disparidades econômicas, que estão instaladas no mundo globalizado.

O que foi demonstrado nesta seção diz respeito ao que foi relacionado no levantamento bibliográfico: posse de terra pulverizada, alta taxa de migração sazonal, comunidades marginalizadas e depressão econômica. O declínio das grandes fazendas, o esgotamento de terras e o isolamento dentro do Estado, ajudou a acarretar no cenário em questão. Contudo, foi a partir desta invisibilidade social e da negação das pequenas comunidades rurais como projeto de cultura de adaptação ao espaço (em vez de ruptura e dominação do mesmo, tal como o projeto hegemônico) que acabou se cunhando a imagem de pobreza do Vale. Imagem que produziu três resultados imediatos: convenceu os brasileiros que o lavrador do Vale vegeta na ignorância e sobrevive graças ao Estado, fortalece os clientelismos por fornecer argumentos novos aos mediadores que exploram a imagem da pobreza e justifica a condução de grandes projetos empresariais num ciclo vicioso (RIBEIRO, 2007). Mas o Vale do Jequitinhonha é mais complexo que esse estigma. Sua realidade se desenha sob diferentes matizes de contrastes identitário

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dedicou-se a lançar um olhar sistêmico sobre a dicotomia rural/urbano, campo/cidade assumindo a premissa de que essa dualidade não é mais coerente com as múltiplas configurações da dinâmica desses espaços. Foi tomado como exemplo o caso do Vale do Jequitinhonha/MG, numa amostragem de onze municípios (os emancipados após 1988). Isso demonstrou ser relevante para as discussões, justamente por ajudar a desfazer, em alguma medida, essa dicotomia.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a principal dificuldade foi reunir um referencial teórico coerente com o tema proposto, visto que há diversas linhas de discurso de autores que convergem em direções muito opostas, havendo um dissenso quanto às teorias e hipóteses. Mas, isso não foi um obstáculo impossível de ser transposto no âmbito deste trabalho.

O principal objetivo da pesquisa foi caracterizar socioambientalmente os onze municípios da amostra, servindo como parâmetro balizador da mesorregião do Vale do Jequitinhonha.

Para tal, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre os espaços rurais, urbanos e sobre as principais características da mesorregião. Esse referencial objetivou em desconstruir a ideia de antagonismo entre os espaços rurais e urbanos, demonstrando a complementaridade entre eles. Também foi explicitado as dimensões socioambientais (sociocultural, ecológica, de relação de produção e comercialização, artesanato) cujo objetivo foi contextualizar parte das relações verificadas no Vale. Como ferramenta de apoio, foi brevemente proposto a ideia do modelo rizomático para descrever a dinâmica entre os territórios, sua multiplicidade, continuidade e descontinuidade.

Consequentemente, foi visto que as relações socioambientais no Vale do Jequitinhonha são naturalmente complexas. No que diz respeito aos onze municípios, pode-se inferir que foram concebidos na ocasião de sua emancipação político-administrativa, já contando com poucos recursos financeiros, fato que é agravado pelas questões ambientais, pelo histórico de exploração predatória dos recursos naturais e pela ingerência dos entes federativos.

Os dados socioeconômicos coletados, além de comprovarem o que já supracitado, demonstram a verossimilhança entre os municípios da amostragem, que por sua vez, é um reflexo do Vale como um todo, conforme também aponta o levantamento bibliográfico. Contudo, a caracterização das dimensões socioambientais do Vale do Jequitinhonha aponta para o enorme cabedal de possibilidades que podem e devem ser exploradas a fim de que se evite o agravamento do empobrecimento dessas localidades. Tais recursos devem ser encontrados, sobretudo, no meio rural, por meio da agricultura familiar e campesina.

As políticas públicas dirigidas aos pequenos produtores rurais devem objetivar dar-lhes autonomia, possibilitando a manutenção de seus modos de relação e produção, aspectos este que foram mencionadas ao longo deste trabalho.

A compreensão das trajetórias de desenvolvimento da agricultura camponesa a partir de suas lutas por autonomia permite que a mesma seja ressituada no processo histórico, evidenciando que o sentido desse processo não é unidirecional e conducente à inexorável dissolução do campesinato, como desde sempre proclamam os arautos da modernização agrícola. Por essa razão, a defesa da agricultura camponesa não pode em absoluto ser confundida com uma proposta passadista. Pelo contrário, ela indica caminhos consistentes para que a crise agrária sistêmica que se alastra e se aprofunda em todos os quadrantes do planeta seja estruturalmente enfrentada.

Diferente da racionalidade da agricultura empresarial, calcada exclusivamente em regras comerciais e relações de preços definidas alhures - gerando assim estilos de produção desconectados das realidades socioecológicas e culturais dos territórios em que se implanta -, a agricultura familiar camponesa presente nos municípios da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, constrói o seu futuro a partir do emprego de seu próprio trabalho e de sua inteligência criativa na valorização e no uso cuidadoso dos recursos endógenos aos territórios rurais.

Assim orientado, seu progresso contribui diretamente para o progresso geral da sociedade em que está imersa, já que desempenha um conjunto integrado de funções de interesse público: além de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, a agricultura camponesa molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas e dinamizam as economias regionais,

por meio da criação de empregos estáveis e dignos e da diversificação de atividades, demonstrando ainda flexibilidade para se adaptar a mudanças climáticas, econômicas e socioculturais. Em suma: o modo de produção camponês induz processos de desenvolvimento triplamente vencedores - social, econômica e ambientalmente -, dando assim concretude ao ideal de desenvolvimento sustentável.

Assim sendo, esse trabalho respondeu satisfatoriamente à pergunta proposta em seu momento inicial. A continuidade dessa pesquisa deve ser incentivada e encorajada, dada a sua relevância para o apontamento das dificuldades enfrentadas em regiões historicamente deprimidas, como é o caso do Vale do Jequitinhonha. Contudo, outras perguntas surgem a partir do que aqui foi discutido: Qual o futuro dos onze municípios aqui trabalhados? E qual o futuro do Vale do Jequitinhonha?

Isso vai depender, é claro, do jogo político em que se dá as tomadas de decisões, e igualmente vai depender de trabalhos acadêmicos que objetivem dar visibilidade às reais necessidades das populações dessas localidades periféricas, que persistem estoicamente na luta por direitos à terra e à dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

ALENTEZANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **A agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.147-173.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - AMAMS. **AMAMS busca apoio no combate a seca e solicita caminhões-pipa para socorrer municípios da região**. 22 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://www.amams.org.br/6/Noticias\\_3/AmamsBuscaApoioNoCombateASecaESolicitaCaminhoesPipa\\_418/](http://www.amams.org.br/6/Noticias_3/AmamsBuscaApoioNoCombateASecaESolicitaCaminhoesPipa_418/)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária da UFU**, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta de Municípios Mineiros**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta>>. Acesso em: 30 set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52. (Geografia em movimento)

BRASIL. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico Minas Gerais, 2010**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRAUDEL, F. "História e sociologia". In: **Boletim do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro. 1961

\_\_\_\_\_. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M.M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 17, v. 3-4, p. 115-124, 2003.

CASTREE, N.; KITCHIN, R.; ROGERS, A. **A dictionary of human geography**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, c2013.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005. p. 165-182



DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2004. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Campinas: Papirus, 1988.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

DEUS, J. A. S de. Paisagens Culturais Alternativas e Protagonismo Etnopolítico de Comunidades Tradicionais no Hinterland Brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DOEL, M. Representation and difference. In: ANDERSON, B.; P. HARRISON, P. (Eds.), **Taking-place**: non-representational theories and geography. Surrey: Ashgate, 2010. p. 117-130.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31. (Geografia em movimento).

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO, E. GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, set. 2002.

HAESBAERT R. **O mito da desterritorialização e as “regiões-sede”**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil** : uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84 p. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, 11).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades.** Resultados do Censo 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31&uf=31>>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades.** Resultados do Censo 2010. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_minas\\_gerais.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2018.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. 473 p. (Desenvolvimento rural sustentável, v. 21). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>> Acesso em: 05 maio 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, M. E.; CLEMENTE, C. M. S.; LEITE, M. R. Sistema de Informação Geográfica aplicado á análise dos indicadores sociais da microrregião de Montes Claros (MG) - 1991 e 2000. In: **Anais do I Colóquio Internacional (Des)Envolvimentos contra a Pobreza.** Montes Claros: Unimontes, 2008.

MARTINS, Saul. **Contribuições ao estudo científico do artesanato.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MATOS, Sônia Missagia. **Artefatos de gênero na arte do barro.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Mãos criadoras de vida: ceramistas do Vale do Jequitinhonha. **Habitus,** Goiânia, v. 5, n. 1, p.187-207, jan./jun. 2007.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política - o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. t. 1, v. 2.

MENDONÇA, G. L.; FONSECA, S. F.; MAGALHAES, S. C. M. Incidência de Doenças Respiratórias Associadas a Atividades Metalúrgicas na Zona de Influência do Pólo industrial de Pirapora (MG). In: CUNHA, Maria das Graças Campolina; MAGALHÃES, Sandra Célia Muniz; SANTOS, Gustavo Souza (Orgs.). **O Espaço Geográfico nas interfaces da Cultura e da Saúde.** 1. ed. São Paulo: Bookess, 2016. v. 1, p. 138-160.

MINAS GERAIS MG.NET. **Cidades de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://minasgeraismg.net/cidades>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MOSCOVITCH, Samy Kopit. **“Pobreza e condições de vida no Vale do Jequitinhonha; uma abordagem regional”**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2000.

NOGUEIRA, Marly et al. Feiras Livres, mercados periódicos e centralidade urbana: estudo de caso de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; GIANASI, Lussandra Martins (Orgs.). **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. v. 1, p. 10-236.

OLIVEIRA, Raquel. A Crise como Contexto no Médio Jequitinhonha: sobre perícia e política. In. ALMEIDA, J.; GERHARDT, C; MAGALHÃES, S. **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos e interpretações - Dossiê 3**. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

PAHL, R. E. The rural-urban continuum. *Sociologia Ruralis*. **European Society for Rural Sociology - ESRS**, Wageningen, v. 6, n. 3, p. 229-329, dec. 1966.

PEREIRA, Vera Lúcia Felício. **O Artesão da Memória no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Ed. Ufmg; Ed. Puc Minas, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Fundação João Pinheiro - FJP. 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. CD-ROM.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187- 204. (Geografia em movimento).

RIBEIRO, E. M. et al. Programas sociais, mudanças e condições de vida na agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 52, n. 2, apr./june 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000200009)>. Acesso em: 30 set. 2018.

RIBEIRO, E. M. et al.. “Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do vale do Jequitinhonha.” Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 44. 2006. **Anais...** Fortaleza: UFL, 2006.

RIBEIRO, E. M. et al. “Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha.” **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, nov. 2005.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CASTRO, B. S. “Universidade, extensão e desenvolvimento rural: uma experiência no Vale do Jequitinhonha.” **Agriculturas - experiências em agroecologia**, v. 3, n. 4, dez. 2006.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; ASSIS, T. P. “Os caminhos de São Paulo”. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. “Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha”. **Ambiente e Sociedade**, v. 6, n. 1, jan./jul. 2003.

RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M. “Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais.” In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000.

SAMAT, N. et al. Poverty and deprivation: using Geographic Information System in evaluating the accessibility of households to food retailers in Penang State, Malaysia. **Journal of Social Sciences and Humanities**, v. 7, n. 2, p. 328-342, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 3-11, ago./dez. 2011.

SIMÃO, R. C. S. **Distribuição de Renda e pobreza no Estado de Minas Gerais**. 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130. (Geografia em movimento).

TREMBLAY, G. De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial. **FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, p. 15-22, dez. 2003.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico**. Rio de Janeiro: Ediora 34, 1999.

KRAYCHETE, G. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44.

WISCHNATH, G.; BUHAUG, H. Rice or riots: On food production and conflict severity across India. **Political Geography**, v. 43, p. 6-15, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2014.07.004>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

WOORTMANN, E. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico/81**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.